

GUIMARÃES, M. L. S.: 'História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação'.

História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.

viagem a fazer

No ano de 1982, a América Latina foi tema do 2º Festival das Culturas Mundiais — Horizonte 82, um grande evento político-cultural realizado na cidade de Berlim Ocidental reunindo as mais diversas manifestações tidas como representativas do continente latino-americano. Como parte das programações, organizou-se uma exposição com o sugestivo título *Mitos do Novo Mundo — acerca da História do Descobrimento da América Latina*, compreendendo uma cronologia expandida do que poderíamos considerar este descobrimento: do século XVI a princípios do século XIX. A leitura do texto introdutório parece revelar uma constante nesta relação entre a Europa e a América que alterna "curiosidade" e "sentimento de culpa", constância marcada por uma crença iluminista em que um melhor conhecimento do outro poderia forjar novas relações políticas e econômicas entre os dois continentes. Cumprindo em parte o papel que as viagens de pesquisa desempenharam no século XIX, a exposição pretendia "esclarecer" o público a respeito deste nosso continente, mais perto fisicamente, porém ainda distante simbolicamente daquela Europa. Se o europeu do século XIX viajava para se encontrar no outro, reafirmando os valores de sua cultura, o europeu do século XX, invertendo os sinais, deveria procurar, através do conhecimento do outro, perceber tudo aquilo que constituiria sua dívida para com o continente latino-americano e seus habitantes: "Tarefa importante da exposição será a de colocar sob um novo foco aquilo que até então era tido como evidente, recolocando antigas questões de uma nova maneira, alertando-nos para tudo aquilo que devemos ao continente latino-americano não apenas em termos culturais e artísticos como também em nosso cotidiano" (Kohl, 1982).

Nas palavras dos organizadores da exposição, seria no passado das relações entre Europa e América Latina que se deveria buscar a explicação para as dificuldades contemporâneas recíprocas desta relação. Conhecer (*Wissen*) e compreender (*Verstehen*) como bases para a ação no presente, à história cabendo assim um papel pedagógico orientador desta ação: esta a mensagem explícita dos curadores para o público da exposição.

Uma cultura européia, herdeira de uma autocrítica a respeito dos valores universais da civilização, especialmente em seus aspectos mais contundentes e que redundaram em diferentes formas de imperialismo, parecia revisitar o continente empreendendo uma outra forma de viagem em que pudesse resgatar "os erros do passado". Herdeiros de um pietismo esclarecido, estes europeus do século XX parecem confirmar aquilo que era crença importante dos viajantes do final do XVIII e começos do XIX: com a história se aprende, ela é mestra a fornecer exemplos aos homens para suas ações no mundo. E as viagens constituir-se-iam em experiência central para a vivência da história e para a pedagogia de todo cidadão esclarecido. Com estes viajantes do passado, deve-se aprender a como agir no presente, purgando-se a culpa pela via laica da história. A este respeito são particularmente esclarecedoras as palavras do editor da *Bibliothèque Universelle des Voyages*, que começa a ser publicada em 1833 e se pretendia uma enciclopédia de todas as viagens realizadas ao longo da história, atestando a importância que o gênero tinha entre um público letrado:

As viagens são a escola do homem, ele não dá um passo sem aumentar os seus conhecimentos e ver recuar diante de si o horizonte. À medida que avança, seja através de observações próprias, seja lendo os relatos de outros, ele perde um preconceito, desenvolve o espírito, apura o gosto, aumenta a sua razão acostumando-se ao altruísmo. E tanto por necessidade quanto por justiça em relação à humanidade, sente-se a cada vez impelido a se tornar melhor, dizendo a si mesmo segundo o filósofo inglês Tolland: o mundo é a minha pátria, e os homens são meus irmãos.

O presente artigo tem como ponto de partida esta constância iluminista presente no olhar sobre o outro, tomando como objeto especial de reflexão dois significativos textos de von Martius: um resultado de sua viagem realizada ao Brasil entre 1817 e 1821; o outro, o texto premiado pelo concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para o melhor trabalho a respeito de como escrever a história do Brasil.¹ A análise destes dois textos remeteu-nos, contudo, para um conjunto maior da produção intelectual deste autor, especialmente para aqueles trabalhos que tocam mais diretamente o problema da história e que integram suas reflexões acerca das populações indígenas. Marcado pela cultura histórica de seu tempo, a questão central que atravessa o conjunto de suas reflexões sobre as populações autóctones da América aborda diretamente o problema da história como índice de civilização, interrogando-se a respeito de como integrar o conjunto destas populações indígenas à história da humanidade. Encontramos aí uma importante fonte para compreensão de uma perspectiva de história que integra a natureza destas regiões como parte da explicação histórica, ou pelo menos como um caminho para sua escrita. Na ausência de marcos visíveis de historicidade, segundo os cânones da cultura histórica oitocentista, e que parecia intrigar especialmente von Martius ao se deparar com as sociedades indígenas americanas, é curioso acompanhar o percurso de seu pensamento que por um jogo de similitudes e diferenças procura decifrar o problema da temporalidade para estes grupos humanos. Como encontrar "a história" entre sociedades humanas que parecem desconhecer por completo os sinais mais eloqüentes de seu registro, é a pergunta que acompanha nosso autor em suas reflexões sobre estas populações ameríndias. Lançamos, como hipótese inicial de leitura, a possibilidade de entender sua escrita da natureza como a via possível de uma escrita histórica para os "povos americanos", uma narrativa em que uma história da natureza e uma história dos homens são tecidas no mesmo movimento: o conhecimento de uma importa necessariamente no conhecimento da outra para a composição de um grande quadro a ser admirado pelo olhar europeu. Um olhar que busca se conhecer/reconhecer ao mesmo tempo que se afirma pelas mãos do viajante-pintor (von Martius, 1838; 1832; s. d.).

Tomamos como sugestões teóricas para a abordagem do texto de viagem, especialmente o seu significado como possibilidade e condição para uma escrita de natureza histórica, dois importantes trabalhos de François Hartog (1996, 1991). Por não possuir a visão divina, o historiador deve construir seu texto a partir da *enquête (histoire)*, da pergunta, da averiguação, num esforço em que particularmente o 'olhar', o ter visto e o ter estado desempenharão papel importante. A partir de uma ausência — o conhecimento prévio — e de uma presença — a experiência advinda da visão — constitui-se uma narrativa que busca tornar acessível uma experiência não vivida a um grupo que passa a partilhá-la pela via do conhecimento. A atividade do historiador comportaria assim a combinação de duas atitudes centrais: o ver e o saber elaborados por um sujeito que relata, combinando ao mesmo tempo a informação sensorial advinda de uma certa experiência da realidade a uma reflexão metódica sobre esta mesma experiência. *Erga* e *Logoi* participam da organização de um novo tipo de texto, cuja produção de von Martius parece bem exemplificar. Não só ele, mas Vanhagen, duas décadas depois, também conferiria à experiência da viagem e da visão papel singular e central para a escrita de uma história do Brasil. Nesse sentido, incorporamos a perspectiva deste autor, segundo o qual a viagem interessa sobretudo como um operador discursivo, um esquema narrativo que busca responder questões e problemas.

Viagem natureza e história: quando viajar é pesquisar

Ao nos debruçarmos sobre a construção da história nacional brasileira realizada no século XIX, inevitavelmente teremos de reservar um papel significativo para o viajante-naturalista bávaro Friedrich von Martius, que entre 1817 e 1820 percorreu o território brasileiro acompanhado por von Spix, resultando deste empreendimento científico a obra *Reise in Brasilien*, cuja primeira tradução integral teve de aguardar um século para vir à luz, patrocinada pelo IHGB no âmbito das comemorações do seu centenário de fundação em 1938.² A esta instituição de papel fundamental para a elaboração de uma história nacional

ligou-se von Martius como sócio correspondente e mais significativamente como aquele que foi agraciado pelo instituto quando do lançamento do primeiro concurso instituído com o fim de selecionar o melhor trabalho acerca de 'Como se deve escrever a História do Brasil'. Premiado em 1847 pelo texto já publicado na *Revista do IHGB*, von Martius foi também sondado no sentido de escrever a história do Brasil, cujos princípios delineara em seu trabalho vitorioso no concurso do instituto, livro que não chegou a ser publicado, embora muitas das sugestões de von Martius acabassem por se constituir num conjunto de princípios e diretrizes norteadores de como se pensar uma história nacional no Brasil, presentes nos trabalhos e reflexões do Instituto Histórico assim como na obra-emblema deste esforço de construção simbólica da nação no Brasil do século XIX: a História do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen.

A viagem científica dos naturalistas bávaros empreendida ao Brasil nos inícios do século XIX sob os auspícios da corte da Baviera, para além do seu significado para a política externa das casas reinantes europeias àquela altura, inscrevia-se num movimento mais amplo de constituição de conhecimentos mais positivos acerca de outros povos e civilizações, a partir de bases seguras fornecidas por este tipo de viagem. Herdeiros da cultura iluminista, os viajantes do final do século XVIII e começos do século XIX lançam-se às regiões desconhecidas ou pouco conhecidas do globo com a finalidade de realizar a partir de bases seguras o sonho enciclopedista.³ Diferentemente das viagens exploratórias anteriores, os viajantes do século XIX o fazem com o intuito de produzir conhecimento científico seguro, esquadrihando cuidadosamente as regiões para construir um painel que abrigasse desde as características físico-geográficas das áreas visitadas, até as características sociais e políticas dos povos que as habitavam. Um olhar cuidadoso vai anotando, classificando, ordenando segundo princípios, constituindo, em suma, um saber sobre estes povos distantes e desconhecidos, seguindo as instruções e os métodos sugeridos por Volney ou mesmo Voltaire de como proceder quando em viagem científica. Deste viajante não se espera apenas um conjunto de impressões 'romanceadas' mas um relato circunstanciado, a partir de um método de trabalho, base para a constituição de um saber sobre as sociedades humanas de forma geral. O texto assim produzido submete a observação dos fenômenos a um projeto epistemológico para o conhecimento do outro, constituindo-se numa grade de leitura para o deciframento daquilo que, à primeira vista, parece estranho e diverso. Decifrar para o código letrado europeu as formas de organização social que parecem obedecer a constrangimentos que escapam ao 'conhecido', eis um dos importantes objetivos deste empreendimento (Gruzinski, 1999). Relação particular que se estabelece entre o olhar e o texto, que deve dar conta progressivamente de um processo de apropriação da natureza e dos homens, constituindo a este respeito minucioso inventário. E segundo Starobinski (1964, p. 116), esta apropriação levada a cabo pelo olhar — sobretudo do artista mas certamente também do viajante — transforma o objeto, fornecendo a ilusão da proximidade intermediada, muitas vezes, pela noção de utilidade. Indicar os usos de determinados produtos da natureza é em muitos momentos para von Martius a maneira de dar sentido e tornar próxima uma natureza tão diversa. Da expedição da qual faziam parte von Martius e von Spix, constavam também dois profissionais da imagem, o pintor de paisagens Thomas Ender e o desenhista de plantas H. Buchberger, cujo trabalho, assim como as remessas de espécies locais, deveriam conferir ainda maior realidade aos relatos escritos. Imagem e texto combinavam-se assim para produzir aos olhos europeus a América possível, misturando deslumbramento e repulsa.

Segundo a classificação estabelecida por Pierre Berthiaume⁴ em seu estudo sobre as diferentes formas de narrativas de viagem, irão predominar durante a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do XIX os textos acerca das viagens científicas, que, embora guardando semelhanças com os jornais de viagens como gênero de escrita, apresentam certas especificidades: combinam interesse acadêmico-científico com uma política estatal. Os próprios viajantes-naturalistas pareciam aperceber-se deste sentido político, não se furtando à tarefa de esclarecer os princípios na direção dos negócios do Estado:

... e espero que uma obra, publicada com o título de Ensaio Político sobre o reino da Nova Espanha, poderá ser apreciada, numa época em que o novo continente chama mais do que nunca a atenção e o interesse dos europeus. Estou persuadido que esta obra poderia ser útil aos encarregados do

governo e administração das colônias, os quais em muitos casos, mesmo após prolongada residência nestas regiões, não costumam ter uma idéia exata acerca do estado destas belas e extensas regiões.⁵

Pode-se compreender que estas formas de viagem inscrevem-se também num momento distinto da história européia, como parte daquilo que Norbert Elias (1994), com tanta argúcia, definiu como o processo civilizador. A partir desta perspectiva, as relações entre a Europa e a América dever-se-iam pautar por uma clave distinta daquela que constituíra o tom destas relações até aquele momento: a violência explícita e aberta que presidira os contatos entre europeus e americanos nos primeiros séculos da colonização deveria ceder lugar a uma forma de relação sustentada pelo conhecimento "científico"; ao uso da espada contrapunha-se agora o poder de um saber sobre estes povos apoiado na letra e na palavra que os define e cataloga. Para uma consciência européia iluminada e racional que já não suporta mais a visão do suplício dos corpos, é preciso redefinir as relações com o outro não europeu.

De acordo com tais princípios, estas viagens demandavam tempo, obrigando Spix e Martius a uma estada de três anos em que visitaram todas as regiões do Brasil, reunindo riquíssimo material, e constituindo importante repertório textual, cuja recuperação pelo IHGB, algumas décadas depois, será de fundamental importância, quando o que estava em jogo era a construção de uma identidade nova: a nação brasileira. A longa travessia do Atlântico em direção ao novo continente — a comitiva deixou o porto de Trieste no dia 10 de abril de 1817 chegando ao Rio de Janeiro no dia 15 de julho — foi simbolicamente precedida por uma visita à cidade de Veneza e arredores, cuja visão "evocou em nós a involuntária recordação de imortais poetas e artistas da Europa" (von Spix e von Martius, 1938, p. 13). Ícones de uma "pátria européia" que nossos viajantes-naturalistas vão deixando lentamente para trás e cujos traços e vestígios buscarão reconhecer a cada nova etapa da viagem: Gibraltar, primeira etapa da viagem, é para von Martius também a evocação dos limites das realizações da Antiguidade (von Martius, op. cit., pp. 38, 39, 41, 51, 53); o sul da Espanha, um prenúncio do que os aguardava do outro lado do Atlântico?⁶ O impacto causado pela constatação do outro evidencia-se logo às primeiras páginas do texto de von Martius e von Spix (1938, p. 90) ao descrever sua chegada à cidade do Rio de Janeiro: para o código civilizado europeu, como assimilar a presença negra, decodificando-a através de uma leitura carregada de imagens e sentidos que acabariam por se tornar emblemáticas da história nacional construída naquela altura:

O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as formas obsequiosas da sua pátria.

É curioso notar-se que alguém, cuja formação acadêmica e carreira profissional inteiramente dedicadas às ciências da natureza (von Martius depois de seu retorno à Europa foi professor da Universidade de Munique e diretor do Jardim Botânico daquela cidade), tenha voltado seu interesse também para os aspectos etnográficos, sociais e históricos das regiões que visitou, atitude possível apenas num momento em que estes campos de conhecimento não estavam ainda rigidamente definidos e as ciências da natureza parecem fornecer os meios mais seguros para a realização de um trabalho metódico e científico.

A reunião de uma gama de interesses tão diversos e aparentemente díspares, se pensarmos como estes campos foram recortados como áreas de conhecimento e disciplinas ao longo do século XIX, só se compreende tendo em vista a cultura iluminista, lugar de emergência destes textos, frutos de uma experiência nova de viagem, que da viagem vivida como descoberta dá lugar à viagem como atividade de pesquisa. Pesquisa que deve integrar num conjunto vasto a multiplicidade de fenômenos observados, como forma de constituir uma totalidade dotada de significado. Assim, nosso viajante-pesquisador pode lançar mão, nos começos do século XIX, de um vasto repertório textual disponível ao conhecimento dos homens de letras e ciência, referências estas que educam seu olhar no sentido de relacionar

natureza e história dos homens, produzindo uma correlação capaz de articular os fenômenos da natureza tropical com os caracteres de uma cultura dos povos destas regiões. Voltaremos a este ponto quando caracterizarmos sua interpretação da história destas sociedades como história da natureza.

Ao estudar as bibliotecas de Voltaire, De Brosses, d'Holbach e Turgot, Michèle Duchet (1984 e 1977) chama-nos atenção para a recorrência de algumas temáticas presentes no acervo destes pensadores do setecentos: as viagens em direção ao Norte e ao Sul e as diferentes experiências de colonização nestas regiões; o debate entre 1750-80 em torno das origens da América e de seus habitantes; o problema enfim do nascimento e da diversidade das civilizações. Questões que estarão presentes nas interrogações de nosso viajante-pesquisador e posteriormente no rol de questões e problemas a serem investigados pelo IHGB em sua tarefa de produção de uma história nacional brasileira.

A tal ponto o interesse pelas viagens científicas se tornara também uma questão de Estado, que em 1824, apenas quatro anos após a conclusão da viagem de Spix e Martius, o Ministério da Marinha e das Colônias da França patrocina a publicação de um texto referência para todo aquele viajante que se dirigisse para fora do continente europeu.⁷ Curioso observar que, idealizado para um público de viajantes leigos, o texto recorre explicitamente aos conhecimentos da botânica, da geologia, da etnologia como forma de orientar o viajante nas tarefas de recolher e preparar os materiais e amostras, seu acondicionamento e embalagem adequados para envio à França. Até mesmo a redação dos diários de viagem a serem posteriormente trabalhados pelos cientistas quando do retorno ao continente europeu não escapa aos cuidados e à vigilância do Estado interessado nos resultados destes empreendimentos científicos. O documento hierarquiza ainda os objetos mais desejados, segundo cada região do globo, para compor uma coleção nas instituições européias.

Diferentemente das atividades dos antigos colecionadores e antiquários cujo fim seria a curiosidade ou o luxo, o novo sentido destas coleções era dado pelo estudo do material recolhido, estímulo para a pesquisa científica. Enquanto as antigas coleções obedeciam ao princípio da imaginação, as novas, segundo o documento, deveriam resultar da observação dos fatos e da comparação das observações, produzindo assim conhecimento mais seguro a partir do material recolhido. Inscrito num registro diverso, o texto daí resultante deveria dar conta de uma realidade rigorosamente submetida à observação sistemática. Importante frisar que, em se tratando de um texto com sentido evidentemente programático e que busca afirmar a superioridade de um conhecimento sobre o outro — a ciência do século XIX em franco processo de afirmação —, o documento nos induz a uma percepção, que por sublinhar os traços de ruptura, apaga, no mesmo movimento, as possíveis continuidades presentes na atitude colecionista.

Ainda que movidos por interesses diversos daqueles que animavam os colecionadores e a organização de suas *Wunderkammer* nos séculos XVI a XVIII, os naturalistas-viajantes do oitocentos participavam de um esforço de criação de semióforos, objetos cuja reunião atendia prioritariamente a um objetivo em relação a seu significado e não tanto em relação ao seu valor de troca. Aliavam a este esforço a preocupação com a exposição de uma gama diversificada de materiais recolhidos, demonstrando com esta atitude uma das outras características típicas do interesse colecionista apontadas por Pomian (1987) em seu estudo⁸. Von Martius partilha desta nova cultura colecionista, que ao submeter a organização dos materiais a um princípio de conhecimento científico objetiva também sua exposição para um público.⁹ Coleção e exposição são, portanto, faces complementares de um mesmo esforço em que ciência e política caminham juntas. E neste empreendimento de natureza eminentemente simbólica, mas nem por isso menos significativa para a política dos estados europeus àquela altura, a participação direta do Estado pela via do mecenato tornava-se elemento central para a afirmação de sua força política face a uma geopolítica que redesenha o mapa europeu no começo do XIX. A dedicatória do livro de von Martius ao rei da Baviera parece exprimir com enorme clareza estas relações entre a ciência e o poder próprias da cultura do século XIX. Destes princípios mais gerais de uma cultura científica em processo de afirmação partilhará o texto de von Martius ao trazer para o leitor europeu a 'realidade' do continente americano.

Não só as temáticas parecem filiar von Martius a uma tradição que remonta à cultura ilustrada do XVIII, mais particularmente na sua segunda metade; a forma de conceber e construir seu relato, onde o narrador se faz presente a cada momento, como que convidando seu leitor a participar desta viagem, integrando-o numa relação em que a leitura é parte constitutiva do próprio texto, parece apontar no sentido de uma moderna narrativa. Von Martius é capaz de organizar seu relato produzindo as noções de seqüencialidade e simultaneidade dos fenômenos que observa, organizando um quadro para seu leitor, em que todas as peças do quebra-cabeça parecem encaixar-se. Causalidade e determinação organizam o seu texto, de forma a dar sentido e inteligibilidade a um conjunto aparentemente dispar de fenômenos observados. Não por acaso seu texto sobre 'Como se deve escrever a História do Brasil', veio a ser premiado pelo IHGB duas décadas após sua viagem e permanência no Brasil: também aí von Martius foi capaz de apontar o sentido a partir do qual a história deveria ser escrita. Ao longo de uma seqüencialidade, organiza a simultaneidade de tempos diversos dos fenômenos observados num conjunto integrado e hierarquizado — atitude que para Norbert Elias também participaria deste processo civilizador em curso. Assim, a história, como discurso cronologicamente organizado e hierarquizado dos fatos do passado, é para esta cultura histórica oitocentista sinônimo de civilização. De um conjunto de fatos e ações aparentemente desconexos pode-se vislumbrar um sentido que parece ter encaminhado a ação dos homens no mundo, guiando-os até o presente. A um passado agora transformado definitivamente em história corresponde um certo projeto de presente e futuro para ordenação da vida social, em que os valores da civilização se tornam centrais. A tensão destes tempos diversos — o da barbárie e o da civilização — não escapa ao olhar atento de von Martius (1938, p. 91), registrando-a logo de sua chegada ao Rio de Janeiro:

Quem chega convencido de encontrar esta parte do mundo desco-berta só desde três séculos, com a natureza inteiramente rude, violenta e invicta, poder-se-ia julgar, ao menos aqui na capital do Brasil, fora dela; tanto fez a influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvageria americana, e dar-lhe o cunho de civilização avançada. Língua, costumes, arquitetura e afluxo de produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu. O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior bruta desses homens importunos, *seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas de sua pátria.*

Ao lado de descrições longas e minuciosas, os juízos do autor como que dão a chave da leitura pretendida, produzindo através desta estratégia uma comunidade de significados a respeito do mundo que vai descortinando, aos poucos, para seus leitores.

Segundo ainda a mesma Michele Duchet (1977, pp. 84-5) a obra do abade Prévost *L'Histoire des voyages* publicada em 16 volumes no período de 1746-61, teria se constituído num marco fundador de um tipo de texto e de um tratamento dos relatos de viagem que guardam profundas semelhanças com a escrita de nosso pesquisador-viajante. Segundo Prévost, o objetivo de um verdadeiro viajante seria "trabalhar para a posteridade assim como para si mesmo, tornando seus escritos úteis ao mundo inteiro. Ele deve se exercitar no sentido de produzir um relato, onde não só não falte a verdade, como também abarque todos os objetos da curiosidade e do saber." Na verdade, Prévost dedica-se a um trabalho de tradução, por determinação expressa e proteção do Estado francês, da obra publicada em língua inglesa e em diversos volumes que vinham à luz com periodicidade regular. Os compiladores e editores em língua inglesa esclareciam em seu prefácio o sentido que pretendiam com a reunião sistemática de um conjunto vasto de relatos de viagem, colocando-os disponíveis numa mesma obra: "Portanto, esta coleção torna-se assim um sistema de geografia moderna e de história, ao mesmo tempo que uma coleção de relatos de viagens, representando de forma ordenada e extensiva, o estado atual de todas as nações."¹⁰ Para além de uma simples compilação, o trabalho pretendia organizar um sistema capaz de integrar os diferentes relatos, vindo a se constituir em fonte sobre a história e a geografia das terras visitadas pelos

diferentes viajantes em diversos momentos a partir da Idade Moderna. Não por acaso são os relatos sobre os descobrimentos portugueses, considerados pelos autores da obra como "uma nova criação", que abrem a coletânea traduzida por Prévost. Dessa forma, a obra responde a um interesse específico em relação à história das sociedades humanas próprio da cultura iluminista, que procura perceber os eventos históricos como parte de um sistema dotado de lógica e passível de inteligibilidade. Trabalho de compilação mas dotado de um sentido capaz de fornecer a seus leitores ensinamentos precisos e controláveis pelo cotejamento de diferentes fontes: desenham-se aí procedimentos que se tornarão centrais para a pesquisa histórica meio século mais tarde, quando esta vier a reivindicar o estatuto de ciência.

O relato de viagem, para além de dar conta de uma infinidade de objetos postos à observação, vai se revestir de um caráter documental, prova de uma realidade a fundamentar uma história a partir de um "efeito de realidade".¹¹ Na melhor tradição da ciência das Luzes, a diversidade dos fenômenos observados deveria estar articulada por um sentido, efeito da interveniência do autor/viajante, mas compreendido como inscrito num encadeamento de causas e efeitos e num sistema de forças explicativo do mundo físico e do mundo histórico. Repertório circunstanciado capaz de produzir um inventário da natureza e dos homens, decodificando o outro para o europeu, especialmente num momento em que novas identidades estão sendo produzidas e inventadas: ao lado das questões sobre a "marcha da civilização", o problema novo da particularidade das nações do Novo Mundo. Para isso, estas viagens não podiam se restringir às costas e deveriam adentrar o território, de maneira que este inventário pudesse se constituir no mais minucioso possível.

O papel central da natureza para o conhecimento do Brasil vai se desenhando logo no começo do texto de nosso viajante pesquisador, quando de seus primeiros dias na cidade do Rio de Janeiro:¹²

Também a natural consequência do grau atual de civilização do Brasil é que o habitante deste país tropical, todo cercado das fantásticas, pinturescas e poéticas belezas naturais, sente-se mais perto do gozo espontaneamente oferecido por estes tão ditos céus, do que da arte que só se atinge com esforço. Essa razão caracteriza a direção que tomam as tentativas artísticas e científicas, em toda a América, e deve ter mostrado ao regente que aqui se devia primeiro cuidar da fundação dos alicerces do Estado antes mesmo de pensar em seu embelezamento pelas artes. O senso artístico da pintura e da escultura ainda não se faz sentir, por isso também nas igrejas, em vez de obras de arte, vêem-se ornamentos ricamente dourados.

Há em sua apresentação uma clara justificativa para o atraso das artes: o próprio grau de civilização daquela sociedade dominada por uma "natureza exuberante" parecia constrangê-lo a uma atitude mais de acordo à sua contemplação — e este é um primeiro momento em que vai se definindo um certo determinismo natural a explicar a sociedade existente nos trópicos — do que aos esforços demandados pelas tarefas da cultura. Mas como então pensar-se em uma história quando a natureza parece ocupar um lugar tão central para a sociabilidade nos trópicos? Sendo a história o lugar por excelência a registrar as realizações do espírito humano, segundo os termos definidos pela tradição da cultura germânica, como tratá-la em sociedades ainda regidas pelo domínio da natureza? Escutemos von Martius (op. cit., p. 166):

Também as particularidades da nomenclatura botânica entre as populações selvagens do Brasil, especialmente entre os tupis, parecem apontar no sentido de que estas plantas somente gradativamente tiveram seu uso e propriedades reconhecidos, quando estes povos já se encontravam em seu estado atual de decadência; e pode ser que nesta mescla entre as formas de denominação — mais simples e mais complexas — do mundo das plantas encontremos mais uma razão para sustentar nossa tese de que estes povos não se encontram em seu estado original de desenvolvimento, mas que se acham naquele estado social e cultural, que a todos nós, ao nos depararmos com sociedades em igual grau de desenvolvimento, parece-nos um estranho enigma.

Curioso observarmos que é a própria natureza responsável por dar a chave para o desenvolvimento da questão crucial da história: o problema do tempo. Von Martius sugere uma metodologia que, através dos recursos à botânica, possa desvendar a chave da temporalidade para sociedades "sem história". Respostas quanto ao tempo de sedentarização

dos grupos humanos, assim como quanto aos contatos entre eles, poderiam assim ir fornecendo os elementos indispensáveis à constituição de uma história de um ponto de vista da tradição das Luzes: a cronologia capaz de integrar a diversidade de experiências, organizando-as e hierarquizando-as, procedimento particularmente complexo para sociedades em que estas experiências pareciam tão radicalmente distintas. A falta de indícios claros que permitissem a elaboração de uma cronologia — as marcas reconhecidas como históricas — para estas sociedades faz com que nosso autor as veja como *rätselfhaft* enigmáticas, como se dessa forma sua identidade estivesse compromete-tida e seu significado fosse incompreensível para o europeu. O tema da natureza em sua diversidade e onipresença atravessa o conjunto da obra de von Martius e parece ser sempre uma das razões-chave para o pouco desenvolvimento das realizações da cultura, ainda quando avalia como extremamente positiva a presença do monarca português para o impulso civilizatório. Ao comentar sobre a biblioteca pública do Rio de Janeiro, um destes esforços da corte portuguesa nos trópicos, diz von Martius (op. cit., pp. 98, 99): "A entrada da biblioteca é facultada ao público durante grande parte do dia; entretanto aqui é tão pouco sentida a importância das ocupações literárias que as salas permanecem, por assim dizer, vazias." Mais adiante em seu texto é esta mesma natureza que impede os grupos humanos vivendo à sua volta de constituírem laços sociais mais estreitos, capazes de ir além de uma percepção local de seus interesses: a vida política, como parte da vida da cultura, parece comprometida pelos mesmos constrangimentos.

Sobretudo o habitante do interior, gozando de generosa natureza rica, limitado à comunicação com poucos vizinhos afastados, manifesta pouco interesse pelos acontecimentos do mundo político, e satisfaz-se com a notícia dos principais sucessos que lhe trazem os guias das tropas, quando regressam da costa.

De resto, como acontece nas cidades costeiras, também no interior, mais pelas relações comerciais do que pelo interesse cosmopolita, é que se demonstra a participação nos grandes fatos políticos.

A exuberância da natureza tropical parece ter impressionado de maneira viva nosso viajante-pesquisador, particularmente tendo-se em consideração sua atividade e interesse profissionais, levando-o a estabelecer comparações com o cenário que aos poucos ia vislumbrando quando de sua aproximação do porto de Lisboa ao entardecer do dia 23 de agosto de 1820. Àquela natureza exuberante fixada em sua memória, o que via agora parecia-lhe mesquinho e acanhado. Mas logo parece tomado pela emoção de se reencontrar no lugar a que realmente sentia pertencer, onde o que mais importava parecia ser justamente a história. Afirmava-se assim como um homem verdadeiramente da Ilustração e da cultura, para o qual a natureza constituir-se-ia em objeto de estudo ou cenário para a vida civilizada: "Vindos de um país ao qual falta a história, víamos-nos transportados por entre monumentos históricos de um povo laborioso; sentíamos-nos de novo na Europa... e na manhã seguinte, profundamente emocionados, pisamos sobre solo pátrio em sentido lato."¹³

A Europa é para o homem das Luzes o solo pátrio por excelência, lugar da história em que pode se reconhecer como partilhando uma tradição comum, que em tudo parece negar aquele outro mundo do qual retorna, mas cuja experiência do tê-lo visto para poder transmiti-lo aos que não partilharam da mesma aventura — atitude por excelência do historiador — é condição mesma de afirmação deste seu solo pátrio.

Vendo a natureza para escrever a história

A falta de história, tema recorrente em suas análises sobre as populações indígenas do Brasil; este o elemento central a diferenciá-las do homem europeu, razão que as tornaria tão distantes e aparentemente incompreensíveis ao olhar da ciência européia. No entanto, o desvendamento/deciframento deste passado nebuloso colocava-se como tarefa fundamental, da mesma forma que o conhecimento da natureza que circundava estes povos. Para von Martius (1832), estes grupos humanos constituíam um verdadeiro enigma (*Rätself*) combinando características de três tipos de humanidade: uma primeira identificada com a

natureza (*Naturleben*), uma segunda próxima dos animais e finalmente uma terceira partilhando semelhanças com as populações europeias. O que entendia nosso viajante-cientista por história? Um processo a que estariam submetidas todas as sociedades humanas tornando-se sinônimo de uma evolução em direção a uma civilização compreendida como estágio final de desenvolvimento? Ou, numa perspectiva mais aproximada da visão hegeliana, a história como sendo uma marca distintiva de uma certa forma de sociabilidade, atingida não indistintamente pelos grupos humanos, mas como resultado de um desenvolvimento particular?

De início é importante assinalarmos que, no conjunto de textos do autor a tratar do tema da história, pode-se perceber uma tensão particular que se traduz pelo emprego recorrente de expressões que denotam sua perplexidade frente à incógnita que para ele parecem representar estes grupos humanos. Por outro lado, sua atividade de 'cientista' obriga-o ao desvendamento deste mesmo enigma. Alterna um julgamento em que nega a possibilidade de pensar a história para estes grupos indígenas com a suposição de que o estudo das formas de direito destes grupos humanos poderia ser a chave para a inteligibilidade desta história. Isto porque, e aqui curiosamente já esposando uma certa concepção própria do romantismo, um conjunto de regras de direito pressuporia a existência de uma história, entendida como marca particular própria do estado social destes mesmos grupos humanos. A história parece referir-se assim a uma particularidade específica dos grupos humanos, filiando-o à discussão que se tornaria central para a definição dos rumos da disciplina a partir da terceira década do século passado (von Martius, 1832, p. 3). Mais adiante no mesmo texto interroga-se acerca da possibilidade de os critérios existentes para medir o tempo, segundo as normas do calendário cristão, serem adequados para mensurar o desenvolvimento destas sociedades, dada sua particularidade. Daí, segundo von Martius (s. d., p. 109) a necessidade de um duplo procedimento metodológico: o recurso ao mundo da natureza, como capaz de fornecer informações seguras acerca da temporalidade destas sociedades, assim como de eventuais contatos entre os diversos grupos indígenas e ao mundo das regras jurídicas e dos conhecimentos médicos como forma de acesso ao universo dos costumes e hábitos — ao mundo da *Sittlichkeiten* — capazes de desvendar a historicidade própria destes grupos humanos. Como parte deste mundo da *Sittlichkeiten* a história seria o elemento central para von Martius a diferenciar os grupos humanos, contrapondo-se às teses que buscavam localizar estas diferenciações a partir de critérios raciais.¹⁴ O tema da história entrelaçava-se assim às questões propriamente etnográficas, uma vez que a presença destas populações indígenas colocava indagações centrais concernentes às próprias sociedades europeias em processo de se constituírem a partir de novos princípios identitários. No caso particular brasileiro, von Martius já anuncia aquilo que será a tônica de seu texto premiado pelo IHGB na década de 1940: o estudo das populações indígenas torna-se crucial para o conhecimento da nova população que viria a se constituir no Império brasileiro como resultado do processo de invenção da nação. O estudo desses grupos indígenas deveria integrar, portanto, uma política de Estado, particularmente central no caso de populações, que segundo von Martius encontravam-se em processo de desaparecimento. A memória fixada pela história resgataria o passado frente à destruição em curso no presente.

O olhar que descreve o outro toma como critérios para a definição de uma história aquilo que a cultura letrada do oitocentos definira como marcos significativos para o seu conhecimento: monumentos, relatos heróicos, heróis fundadores. E como critérios de uma sociabilidade capaz de se fixar em uma história, aqueles presentes nas formas de vida social recorrentes entre as populações europeias: unidade lingüística, àquela altura um dos critérios centrais para a possibilidade de fundamentar uma identidade nacional e as reivindicações políticas daí decorrentes; presença de trocas regulares entre os grupos humanos; uma concepção de poder político que o faz derivar de uma noção de contrato e não de submissão; o trabalho coletivo como regularidade da vida social (von Martius, 1832). A partir destes critérios não resta ao nosso viajante-cientista outra conclusão senão a de que aos indígenas do Brasil faltariam as condições para o acesso à historicidade: segundo ele, faltariam os contatos regulares entre os diferentes grupos que permitissem a constituição de um sentido de pertencimento e coletividade; à língua destes grupos faltariam expressões que denotassem

"um refinamento dos sentidos", assim como expressões explicativas da origem do universo que os rodeava. Faltavam-lhes ainda meios de expressão capazes de articular o passado a um presente, levando von Martius a afirmar que faltava-lhes, no conjunto, articulação (*Zusammenhang*), entendida como a capacidade de organizar o pensamento segundo princípios de causa e efeito. Incapacidade, em suma, de definir uma origem segundo as exigências de uma história herdeira das tradições das Luzes e fixada como disciplina no século XIX. Ao faltar-lhes história, faltava-lhes, segundo von Martius, a medida do exemplo — a história como mestra na formulação clássica ciceroniana! — e portanto a força para as realizações mais nobres do espírito. Se faltava-lhes história como lembrança das realizações do passado, careciam ainda daquilo que poderia fazê-los no futuro capazes de ter história: a força para as realizações do espírito.¹⁵ Sem passado e sem futuro pareciam condenados a um eterno presente, incapazes assim de preencher as exigências de uma historicidade pensada como articulação de uma tripla temporalidade: passado, presente e futuro. Por este procedimento indicava von Martius pistas importantes para a elucidação das origens da história brasileira: dificilmente ela poderia ser localizada entre estas populações. Nada parecia indicar a possibilidade destes grupos indígenas terem se constituído no berço da nacionalidade brasileira, preenchendo papel semelhante conferido à Antiguidade, enquanto origem da civilização européia, pela história oitocentista.¹⁶ Neste ponto, von Martius partilha uma das teses correntes a respeito da explicação das origens do homem americano: este encontrava-se não em seu estado primeiro, mas num estado degenerado, tendo estas populações conhecido um estado adiantado de civilização.¹⁷ Curiosamente é a legitimidade desta tese que estará na razão do patrocínio pelo IHGB, em diferentes momentos de sua atuação, de expedições pelo interior do Brasil que pudessem chegar à localização de vestígios destas possíveis civilizações perdidas. Por viverem um estado de 'queda' em relação ao que teriam sido num passado remoto, é que von Martius falará de *Entsittlichung* — para caracterizar a expropriação de uma *Sittlichkeit* que teriam possuído — e de *Verfinsterung* — para caracterizar um processo de obscurecimento — enquanto marcas destas sociedades indígenas. É somente aceitando a tese de uma civilização decaída — o que significa como pressuposto a incorporação do conceito de civilização como grade para a leitura destas sociedades — que parece ser possível ao nosso viajante-naturalista decodificar e significar a estranheza do outro segundo as regras da cultura letrada que partilha.

É para o texto premiado pelo IHGB que devemos voltar nossas atenções quando quisermos compreender o significado intelectual de von Martius (1845) para se pensar as linhas de uma história do Brasil que almejasse, para além de uma crônica dos fatos desta história, indicar um sentido a organizar esta sucessão de eventos. Em outras palavras, seu texto parece fornecer as pistas que permitirão a elaboração de uma narrativa dotada de um enredo, delineando com isso uma fisionomia própria para a nação em processo de construção e inaugurando assim um olhar distinto sobre as realizações do passado. Este torna-se definitivamente história, podendo ser integrado à experiência do presente assim como pode sinalizar um caminho para o futuro. Martius, agora o viajante-historiador, realiza com este texto emblemático as condições para a emergência do texto histórico no sentido moderno. O ter visto e o ter estado no Brasil asseguram-lhe as condições de produção do seu texto, reafirmando o sentido implícito no termo 'história' em que o ver é a condição para o saber. Aliás, não é outra a sua postura quando ao sublinhar que para a escrita de uma verdadeira história do Brasil, capaz de comportar um retrato de todas as regiões do vasto território, tornava-se indispensável "que o historiador *tivesse visto* estes países, que tivesse *penetrado com os seus próprios olhos* as particularidades de sua natureza e população" (op. cit., 400, grifo do autor). Ou seja, que pudesse fundar sua escrita a partir de uma experiência semelhante a que realizara duas décadas antes em companhia de von Spix.

Partindo do pressuposto de que há "um gênio a conduzir a história", Martius irá se perguntar acerca do sentido reservado à nação brasileira no conjunto mais geral das nações existentes. Partilhando dos princípios de uma história pragmática, von Martius adverte que este sentido deveria estar presente para todo aquele que pretendesse realizar a tarefa de escrever uma história do Brasil. Escrita da história compreendida como uma pedagogia

política, que, como qualquer história que este nome merece, deve parecer-se com uma epopéia (op. cit., 402) capaz de pelos procedimentos racionais do trabalho metodicamente conduzido gerar um sentimento de reconhecimento por parte daquele que a lê, combinando então razão e sentimento. Neste sentido não é secundária a recomendação de von Martius (op. cit., p. 401) acerca dos cuidados especiais para com a narrativa, que deveria comportar espaço para as descrições locais integrando-as sempre à visão do todo: "Elas imprimirão a sua obra um atrativo particular para os habitantes das diferentes partes do país, porque nestas diversas descrições locais reconhecerão a sua própria habitação, e se encontrarão, por assim dizer, a si mesmos. Desta sorte ganhará o livro em variedade e riqueza de fatos, e muito especialmente em interesse para o leitor europeu."

A integração do particular a esta história do conjunto da nação seria a condição para a sua própria legitimidade, quer no plano interno para o conjunto da população que se deseja integrar a este projeto, quer no plano externo, afirmando a viabilidade do novo império nos trópicos. Não por acaso a natureza desta nova região, tão profundamente estudada por von Martius, será elemento distintivo importante desta história nacional, capaz de fornecer explicações centrais para os seus desdobramentos. O exercício de uma tal escrita não era de forma alguma estranho ao texto de von Martius: as inúmeras descrições dos cenários da natureza tropical, que integram seu livro sobre a viagem ao Brasil, convidam o leitor a uma atitude de participação no cenário que está sendo descrito, ora evocando sentimentos de êxtase e contemplação, ora de estranhamento e medo.

Qual então, segundo os princípios da história com fins pragmáticos que defende, o sentido maior desta história do Brasil, que aponta para um futuro como a realização de um destino? A resposta de von Martius (op. cit., p. 384) é clara: ao historiador "caberia mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra de uma maneira desconhecida na história antiga"

Ainda que não possamos falar de uma teorização *avant la lettre* a respeito da miscigenação, o tema da convivência harmônica das raças delineia-se como questão central desta história brasileira. Os enraizamentos político-ideológicos de uma tal fala são por demais evidentes e estarão presentes na história nacional em elaboração, assim como nas imagens recorrentes de uma natureza exuberante a emoldurar uma história sem grandes convulsões nos trópicos.

De acordo com o sentido por ele definido para a escrita da história, von Martius constrói seu texto caracterizando o papel de cada um dos três elementos étnicos na definição de uma fisionomia nacional: o branco ocupará evidentemente o centro da cena, ressaltando seu papel desbravador do interior do Brasil no século XVII na figura dos bandeirantes, como que a prefigurar seu próprio papel e de tantos outros que iriam ao longo do século XIX, com apoio do Estado imperial, integrar o interior e construir fisicamente a nação. O tema, aliás também central para a historiografia de Vanhagen, apresentava, segundo von Martius (op. cit., p. 396), "aventuras dignas de inspirar tanto a fantasia do poeta épico, como a musa mais tranqüila do historiador". Surpreende-nos na leitura de seu texto o elenco de questões relacionadas à participação dos portugueses na história do Brasil: a necessidade de um estudo das relações comerciais mundiais, a elaboração de um quadro dos costumes do século XV como condição de inteligibilidade do homem que se lança à conquista dos mares e criação de uma nova sociedade na América, assim como o estudo do desenvolvimento da ciência e da arte européias transplantadas para o Novo Mundo. Distante do que se convencionou caracterizar como marcas da historiografia do século XIX, unicamente voltada para o relato dos sucessos políticos, seu projeto historiográfico apresenta uma amplitude maior, vindo a se realizar em muitos textos posteriores da historiografia brasileira e que ainda hoje marcam balizamentos centrais para seu estudo entre nós.

Von Martius sempre reservou especial atenção ao estudo dos grupos indígenas e no texto premiado pelo IHGB retoma muitos dos pontos já explicitados em outros trabalhos dedicados à questão e tratados neste artigo. A partir de uma metodologia que comparasse os diferentes grupos indígenas, a grande questão para von Martius seria a de poder chegar a perceber como a "vida espiritual" destes grupos "se manifesta por *documentos históricos*" (op. cit., p. 386,

grifo do autor). Martius talvez vislumbrasse aí muito mais uma importância simbólica, atitude no entanto que estimulou em muito as atividades do IHGB, que sempre reservou particular importância a esta temática, sem nos esquecermos de seu papel para a definição de uma literatura nacional.

E finalmente o espaço reservado ao negro em seu texto denota aquilo que já expressara ao visitar o Brasil: mais surpresa do que agrado, talvez por que mais difícil de ser referido ao quadro da cultura branca, civilizada e européia. Chama atenção, contudo, para a necessidade de um estudo da influência do tráfico de escravos sobre o caráter português.

Mas nosso viajante-pesquisador, agora premiado e reconhecido como aquele que fora capaz de definir as linhas mestras a partir das quais a história nacional deveria ser escrita, não descuidava também do papel que esta história deveria desempenhar do ponto de vista político, na produção e educação do novo cidadão nacional. Como herdeiro de uma tradição de história como mestra da vida, von Martius (op. cit., p. 401) sabia que sua legitimidade passava pelo desempenho de um papel social adequado ao presente que se estava construindo.

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população, de idéias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los de uma maneira destra da inexecutabilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido.

Ao premiar von Martius por seu texto, estava o IHGB conferindo sua chancela a um projeto de escrita da história capaz de criar simbolicamente a nação desejada pelos construtores do Império. Do esquadrinhamento minucioso das regiões surgiria uma unidade construída pela história, como que a negar teimosamente uma diversidade que insistia em se mostrar.

Concluindo a viagem, repensando a história

Voltemos a Berlim, cidade àquela altura ainda dividida e por isso mesmo marco contemporâneo dos valores da ocidentalidade, para irmos encerrando nossa viagem: nossas origens parecem estar ligadas inevitavelmente a certos "mitos do novo mundo" em que um papel central para explicar-nos e decodificar-nos para os europeus parece ainda caber à natureza. Uma unidade parece também existir; aquela denominada 'América Latina', em que um todo, agora construído pela idéia de uma dominação comum, parece conferir-nos esta identidade coletiva. A história, como "inventário das diferenças", persistiria como uma tarefa difícil? Talvez pensarmos a história desta memória nos possa ajudar na invenção de um outro futuro e com isto fazermos a viagem que não fizeram.

Notas

1 Von Spix e von Martius (1823). A primeira edição traz um índice indicativo das subscrições realizadas, constando os nomes das principais casas reinantes européias, o que vem atestar as profundas relações entre o poder e o interesse pelos conhecimentos produzidos por estas viagens. Para as referências relativas à primeira edição brasileira, ver von Spix e von Martius (1935). Usamos sempre para as citações a primeira tradução brasileira cotejada diretamente com a primeira edição original.

Quando recorremos a outras edições por razões que indicamos ao leitor, estas observações constarão de nota. Neste caso, ver von Martius (1845).

[2](#) Ver Spix e Martius (1938). Até então a obra só conhecera traduções de partes e sua importância para a história do Brasil já fora assinalada quando da realização do I Congresso de História Nacional em 1914 por Roquete-Pinto. Por ocasião da inauguração da exposição comemorativa dos cem anos da viagem em 1917 os discursos de Affonso Celso e Roquete-Pinto, no IHGB, são particularmente expressivos da memória construída a respeito de von Martius: viajante esclarecido, que pusera seu saber a serviço do conhecimento do Brasil, sem maiores interesses do que a ciência que o animava. Segundo Affonso Celso: "Mas ao estrangeiro esclarecido e reto que procura o Brasil, animado de elevados propósitos, o estuda, esforçando-se por bem conhecê-lo, e lhe tributa simpatia, respeito, justiça — e mais ele não reclama — a esses são devidas todas as efusões reconhecidas do coração brasileiro. É o caso de von Martius" (p. vii) Na definição do primeiro secretário do IHGB àquela altura, Max Fleiuss, "Martius, porém foi mais do que Humboldt, foi o Colombo do Brasil; pelo berço alemão, pelo sangue italiano, Martius é nosso pela cabeça e pelo coração: Martius é brasileiro pela ciência e pelo amor..." (p. xx).

[3](#) Dois anos antes da viagem realizada por von Martius e von Spix, o rei da Baviera planejara uma primeira e não concretizada viagem ao continente americano, cujo roteiro, começando por Buenos Aires, deveria seguir por terra pelo Chile até o Equador, retornando à Europa pela Venezuela ou México. As bodas da princesa austríaca Karolina Josepha Leopoldina com o herdeiro do trono português e a organização pelo diretor do *Naturalienkabinet* de Viena, *Herr* von Schreibers, de uma comitiva de cientistas para acompanhá-la são a oportunidade para a indicação dos dois cientistas, que recebem da Academia de Ciências da Baviera, sediada em Munique, instruções precisas de como proceder e do que recolher na viagem a um continente que, segundo o próprio von Martius, "tem sido, desde a época de seu descobrimento, objeto da admiração e predileção da Europa" (op. cit., p. 3).

[4](#) Berthiaume (1990). O autor levanta em sua bibliografia 243 títulos de relatos de viagens realizadas no período, atestando um enorme interesse existente entre o público letrado para este tipo de literatura. Uma consulta ao catálogo da Biblioteca da Sociedade de Antropologia de Paris, da Sociedade de Geografia de Paris, da Académie des Inscriptions et Belles Lettres ou do Museu de História Natural de Paris reafirma a importância destes textos para uma reflexão em torno da ciência àquela altura. Títulos como 'Nouveau magasin des voyages et des connaissances géographiques, au dix-neuvième siècle. Journal d'instruction et d'agrément, offrant le résumé périodique des entreprises, expéditions, recherches, découvertes et observations des voyageurs et navigateurs modernes, et de ce qu'ils rapportent de plus intéressant sur les mœurs, usages, coutumes, législation, gouvernement, religion, arts, industrie, commerce, antiquités, monuments, climat, sol, productions et curiosités naturelles des différents pays du monde', de 1835, ou como a já citada *Bibliothèque Universelle des Voyages*, de 1833, ocupavam espaço significativo na paidéia dos homens de ciência do século XIX.

[5](#) Humboldt, (1822). A tônica destes textos será a de possibilitarem um conhecimento "exato" destas regiões por oposição a tudo de incorreto e "fabuloso" produzido até então. Martius, como veremos, partilhará desta expectativa.

[6](#) Estava assim concluída a primeira parte da viagem de mar, e achamo-nos nas Colunas de Hércules, que se costuma considerar como o extremo ponto das mais audazes expedições da antiguidade (p. 39). "Esse contraste entre o Norte e o Sul era a constante surpresa dos viajantes por toda parte" (p. 41). "Todos nos sentíamos compenetrados de agradável disposição ante o aspecto do país meridional, especialmente pelo espírito essencialmente romântico do povo espanhol, que aqui, como em geral nos países do sul, é mais expansivo, e o nosso anseio para chegar às terras tropicais aumentava" (p. 51).

[7](#) Instruções para os viajantes e empregados das colônias, sobre como recolher, conservar e envolver os objetos de história natural. Redigidas por solicitação do ministro da Marinha e das Colônias, para a administração do Museu Real de História Natural (Paris, de l'Imprimerie de Belin, 1824).

[8](#) A partir da caracterização destes objetos como semióforos, que operam a relação entre o visível e o invisível na vida das coletividades humanas, Pomian (1987, pp. 49-50) assim caracteriza as coleções formadas a partir dos objetos recolhidos nas viagens ao longo dos séculos XVI e XVII: "Estes objetos, seja qual for seu estatuto original, tornam-se na Europa semióforos, porque são colecionados não por seu valor de uso mas por conta de sua significação enquanto representantes do invisível: dos países exóticos, das sociedades diferentes, dos climas estrangeiros. Eles não possuem, contudo, nos séculos XVI e XVII o mesmo estatuto das antiguidades." Ao caracterizar as peças de coleções formadas a partir das viagens do século XVIII, afirma Pomian (op. cit., p. 51): "Evidentemente elas procedem de uma mudança de atitude com relação ao invisível, cujos limites tentamos alargar na natureza forjando uma nova linguagem para falar disso: aquela da teoria matemática, que permite chegar, a partir do que vemos, a conclusões infalíveis acerca daquilo que não mais podemos ver." Ver, também, Lugli (1998).

[9](#) "Pareceu-nos mais acertado colecionar, durante a viagem, exemplares tanto de formações orogênicas, quanto de maravilhas etnográficas, e, em particular, de animais e plantas, dar assento, em nosso diário, a descrições e notícias minuciosas, como nos fosse possível, e graças a isso tudo, uma vez de volta à pátria, *preparar uma exposição científica pormenorizada*" (Martius, 1938, p. 480, grifo nosso). Importante atentar para a permanência de termos como 'maravilhoso', que nos sugerem o quanto de uma tradição parece ainda estar presente neste empreendimento intelectual.

[10](#) História Geral das Viagens ou Nova Coleção de todos os relatos de viagens por mar e por terra, que foram publicadas até a presente data nas diferentes línguas de todas as nações conhecidas: contendo tudo aquilo de mais relevante, de mais útil e de melhor certificado nos países que foram visitados pelos viajantes: com os costumes dos habitantes, a Religião, os Usos, Artes, Ciência, Comércio, Manufaturas para formar um sistema completo de História e de Geografia moderna que represente o estado atual de todas as nações: enriquecida de mapas e ilustrações. (Paris, Didot, 1749, t. 1, p. XIII).

[11](#) Sobre o problema da descrição e seu lugar no texto moderno assim como para sua relação no sentido de produzir um efeito de realidade ver Barthes (1984, pp. 179-87).

[12](#) von Martius (op. cit. p. 56-7). Utilizamos aqui a edição brasileira de 1981, uma vez que a primeira edição de 1938 contém erro grave de tradução que altera o sentido do original em alemão. Esta edição corrigiu em alguns pontos a primeira tradução.

Transcrevemos em seguida a tradução da primeira edição, com a paginação, indicando em itálico a alteração sofrida e corrigida pela edição em português aqui utilizada.

"Também a necessária consequência do grau de civilização do Brasil atual é que o habitante deste país tropical, todo cercado de pinturescas e poéticas belezas naturais, cujo gozo espontaneamente lhe oferecem tão ditosos céus, *sente-se mais perto da arte do que outro qualquer que só a atinge com esforço. Essa razão caracteriza o impulso que tomam as tentativas artísticas e científicas, sobretudo na América, e devem ter mostrado ao regente dom João que aqui devia primeiro se cuidar do aformoseamento dos edifícios públicos, antes mesmo de se ter pensado em lhes dar os firmes alicerces de sua base.*"

"O senso artístico da pintura e da arquitetura ainda não é aqui muito comum: por isso, também nas igrejas, em vez de peças artísticas, vêm-se ornamentos dourados" (ver 1ª ed. em português, p. 102).

A primeira tradução em português altera de maneira radical o sentido original do texto do autor e contradiz o argumento central de sua caracterização da sociedade brasileira: a arte, por demandar uma intensa "vida do espírito" estaria mais distante de populações dominadas por uma natureza sempre presente e indomada. Nesse caso, os fundamentos políticos, como pressuposto, para as possíveis realizações da cultura tornavam-se indispensáveis, o que explica a visão altamente positiva que von Martius terá da transferência da corte para o Brasil.

[13](#) Martius (op. cit., 3^o vol. p. 319). Aqui novamente preferimos utilizar a tradução conforme a edição brasileira de 1981. Embora não haja alteração de sentido, pareceu-nos estilisticamente melhor a solução desta edição. Ver primeira edição em português, p. 478.

[14](#) Da mesma forma que entre os europeus seriam os elementos culturais — a vida do espírito — aquelas marcas de diferenciação, também entre as populações indígenas as diferenças entre os diversos grupos deveriam ser buscadas, segundo von Martius, no grau de "desenvolvimento civilizacional" destas populações. Distancia-se assim da classificação segundo aspectos raciais elaborada por d'Orbigny. Ver a respeito, do autor, *Das Naturell, die Krankheiten*, s. d., pp. 16, 34-5.

[15](#) "Situados no mais baixo degrau de humanidade assim como prisioneiros moralmente de uma infância, permanece ele (o índio) intocado e imóvel diante do sopro de uma formação superior; nenhum exemplo estimula-o, nenhum impulsiona-o a desenvolver-se e desabrochar. Assim é ele como uma criança desamparada e ao mesmo tempo, pela sua incapacidade de desenvolver-se, como um ancião paralisado: ele reúne em si os dois pólos da vida do espírito" (Martius, 1832, p. 1).

[16](#) A tentativa de comparação com a Antiguidade, enquanto idade primeira das civilizações modernas, é ensaiada em diversos momentos de seu texto por von Martius, para sempre concluir pela inviabilidade dos termos comparativos. Ainda que entre certos grupos indígenas possa vislumbrar semelhanças com os heróis homéricos, o conjunto de seus textos deixa claro a inadequação de um tal procedimento. Ver von Martius (1832, p. 7).

[17](#) Von Martius retoma aqui alguns aspectos das teses de Cornelius De Paw, que por sua vez radicaliza a tese de Buffon, acerca da degeneração do homem americano. Ver, a respeito, Duchet (1984).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barthes, Roland (1984) 'L'effet de réel'. Em *Le bruissement de la langue*. Paris, Seuil. Essais critiques IV.

Berthiaume, Pierre (1990) *L'aventure américaine au XVIII^e siècle. Du voyage à l'écriture*. Ottawa/Paris/Londres, Les Presses de l'Université d'Ottawa.

Duchet, Michèle (1984) *Le partage des savoirs: discours historique et discours ethnologique*. Paris, La Découverte.

Duchet, Michèle (1977) *Anthropologie et histoire au siècle des lumières: Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvetius, Diderot*. Paris, Flammarion.

Gruzinski, Serge (1999) *La pensée métisse*. Paris, Fayard.

Hartog, François (1996) *Mémoire d'Ulysse. Récits sur la frontière en Grèce ancienne*. Paris, Gallimard.

Hartog, François (1991) *Le miroir d'Hérodote. Essai sur la représentations de l'autre*. Paris, Gallimard.

Humboldt, Alexander (1822) *Ensayo político sobre el reino de la Nueva España*. Paris, s. e., t. i.

Kohl, Karl-Heinz (1982) *Mythen der Neuen Welt. Zur Entdeckungsgeschichte Lateinamerikas*. Berlim, Frölich und Kaufmann.

Lugli, Adalgisa (1998) *Naturalia et mirabilia: les cabinets de curiosités en Europe*. Paris, Société Nouvelle Adam Biro.

Pomian, Krzysztof (1987) *Collectionneurs, amateurs et curieux — Paris, Venise, XVI^e – XVII^e siècle*. Paris, Gallimard.

Starobinski, Jean (1964) *L'invention de la liberté 1700-1789*. Genève, Éditions d'Art Albert Skira.

von Martius, Carl Friedich Philipe (jan. 1845) 'Como se deve escrever a história do Brasil'. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), pp. 381-403.

von Martius, Carl Friedich Philipe (18.9.1838) Die Vergangenheit und Zukunft der Amerikanischen Menschheit. Ein Vortrag Naturforscher und Ärzte in Freiburg.

von Martius, Carl Friedich Philipe (1838) *Von dem Rechtzustande unter den Ureinwohnern Brasiliens. Eine Abhandlung*. Munique/Leipzig, Friedrich Fleischer.

Von Martius, Carl Friedich Philipe (s.d.) *Das Naturell, die Krankheiten, das Ärztthum und Heilmittel der Urahbewohner Brasiliens*. Munique, Druck der Wolfschen Buchdruckerei.

von Spix, Johann Baptiste e von Martius, Carl Friedich Philippe (1823) *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilien Joseph I. König von Baiern in den Jahren 1817 bis 1820 gemacht und beschrieben*. Munique, M. Lindauer.

von Spix, Johann Baptiste e von Martius, Carl Friedich Phillipp (1981) *Viagem pelo Brasil*.
Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. [1938]